



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BR Partners Holdco Participações S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Política de distribuição de dividendos:** A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	—	1.092	94.133	47.104	Passivos financeiros ao custo amortizado	13	—	—	1.959.047	288.416
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5(a)	—	—	2.368.744	540.349	- Recursos de instituições financeiras		—	—	1.228.129	3.814
- Títulos públicos		—	—	1.803.817	151.462	- Recursos de clientes		—	—	671.741	251.779
- Títulos privados		—	—	325.438	255.960	- Recursos de emissão de títulos		—	—	59.177	7.021
- Cotas de fundos de investimento		—	—	239.489	132.927	- Outros passivos financeiros		—	—	—	29.616
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5(b)	—	—	257.594	—	Instrumentos financeiros derivativos	6	—	—	70.478	15.457
- Títulos privados		—	—	230.759	—	- Valores a pagar - fornecedores	12(a)	220	133	53.464	3.814
- Cotas de fundos de investimento		—	—	26.835	—	- Impostos a recolher	19(c)	35	12	7.202	31.610
Instrumentos financeiros derivativos	6(a)	—	—	149.852	38.090	- Passivo fiscal corrente	19(c)	—	—	40.801	32.870
Ativos financeiros ao custo amortizado	7(a)	—	—	81.568	85.604	Passivo fiscal diferido	19(b)	—	—	53.084	23.218
- Operações de crédito		—	—	56.823	28.802	Outros valores a pagar	12(b)	63.572	10.363	139.245	51.447
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		—	—	24.745	56.802	Passivo de arrendamento	20(c)	—	—	—	1.463
Outros ativos	7(b)	23.209	—	71.300	—	<b>Total do passivo</b>		<b>63.827</b>	<b>10.508</b>	<b>2.323.321</b>	<b>448.295</b>
Dividendos a receber	8	21.278	28.786	—	—	<b>Patrimônio líquido</b>	14	—	—	212.735	80.817
Tributos a recuperar		16	—	3.076	27.423	Capital social		212.735	80.817	212.735	80.817
Pagamentos antecipados		—	—	6.704	1.192	Reservas de capital		68.230	68.233	68.230	68.233
Ativo fiscal diferido	19(b)	—	—	28.154	12.470	Reservas de lucros		51.820	25.706	51.820	25.706
Investimentos em controladas	9	350.246	146.655	—	—	Outros resultados abrangentes		(833)	—	(833)	—
Imobilizado	10	—	—	4.721	3.609	Ações em tesouraria		(1.025)	(8.731)	(1.025)	(8.731)
Intangíveis	11	—	—	5.360	5.568	Participação de não controladores		—	—	416.958	147.089
<b>Total do ativo</b>		<b>394.754</b>	<b>176.533</b>	<b>3.071.206</b>	<b>761.409</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>330.927</b>	<b>166.025</b>	<b>747.885</b>	<b>313.114</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>394.754</b>	<b>176.533</b>	<b>3.071.206</b>	<b>761.409</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Outras reservas	Resultados abrangentes	—					
Lucro líquido do exercício	7.840	68.526	1.568	937	—	(5.824)	—	39.709	39.709	—	39.709
Ajuste de avaliação patrimonial	16.335	—	—	—	—	—	—	—	16.335	—	16.335
Capital de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(21.579)	(21.579)
Aumento de capital	56.642	—	—	—	—	—	—	—	56.642	—	56.642
Compra de ações em tesouraria	—	—	—	—	—	(2.907)	—	(24.137)	—	—	(2.907)
Constituição de reservas	—	—	1.985	22.152	—	—	—	—	(293)	—	(293)
Deságio na alienação de ações em tesouraria	—	(293)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos	—	—	(936)	—	—	—	—	(15.572)	(16.508)	—	(16.508)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>80.817</b>	<b>68.233</b>	<b>3.553</b>	<b>22.153</b>	<b>—</b>	<b>(8.731)</b>	<b>—</b>	<b>63.300</b>	<b>166.025</b>	<b>147.089</b>	<b>313.114</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	63.300	63.300	—	63.300
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(833)
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>63.300</b>	<b>62.467</b>	<b>—</b>	<b>62.467</b>
Variação líquida na participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	269.869	269.869
Aumento de capital	132.118	(200)	—	—	—	—	—	—	132.118	—	132.118
Capital a realizar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(200)	—
Constituição de reservas	—	—	3.165	45.101	—	—	—	—	—	—	—
Deságio na alienação de ações em tesouraria	—	(1.123)	—	—	—	—	—	—	—	(1.123)	—
Empréstimos de ações	—	—	1.120	—	—	—	—	22.955	22.955	—	22.955
Atualização de empréstimos de ações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.120	—
Ações próprias adquiridas	—	—	—	—	—	—	—	(15.249)	(15.249)	—	(15.249)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	(15.034)	(15.034)	—	(15.034)
Dividendos de outros exercícios	—	—	—	(22.152)	—	—	—	(22.152)	(22.152)	—	(22.152)
Transações com acionistas e constituição de reservas	131.918	(3)	3.165	22.949	—	7.706	(63.300)	102.435	269.869	372.304	416.958
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>212.735</b>	<b>68.230</b>	<b>6.718</b>	<b>45.102</b>	<b>(833)</b>	<b>(1.025)</b>	<b>—</b>	<b>330.927</b>	<b>416.958</b>	<b>416.958</b>	<b>747.885</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020		2021	2020



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas indiretas	Principais atividades	País	2021	2020	Ativos fiscais diferidos
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	Prestação de serviços de assessoria e consultoria na estruturação de operações de abertura e fechamento de capital	Brasil	99,99	99,99	Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.
BR Partners Europe B.V.	Consultoria em gestão empresarial	Holanda	100	100	• Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras	Brasil	99,99	99,99	O Grupo pelo menos anualmente, avalia se o valor contábil correto do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa (UGCs) independentes e a alocação de ágio para essas unidades.
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	Operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio	Brasil	99,99	99,99	A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:
BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	Prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros	Brasil	—	• O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;	
(1) O BR Partners Banco de Investimento S.A. é uma controlada direta da BR Partners Participações Ltda., e possui em sua estrutura dois fundos exclusivos que são: Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado e BR Partners Capital (Nota 9.ii).				• Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;	
(2) Em 19 de novembro de 2020, a alienação da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (controlada direta pela BR Partners Participações Ltda.), foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, deixando de fazer parte do Grupo (Nota 9.ii). Dessa forma, não faz parte do consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Todavia, os resultados relativos ao período no qual estava sob controle da BR Advisory Partners Participações S.A. foram consolidados no resultado de 2020.			• Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano ( <i>Mid-year Convention</i> ) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano ( <i>mid-year point</i> ) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia;		
A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.				• O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).	
<b>COVID-19</b>	Desde o início da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia não identificou nenhum impacto significativo do COVID-19 nos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia. Entretanto, a percepção dos efeitos da pandemia, ou a forma pela qual ela impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.			A taxa de desconto foi calculada pela metodologia <i>Capital Asset Pricing Model</i> ("CAPM"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno exigido pelos acionistas da Companhia.	
Do ponto de vista regulatório, o Banco Central do Brasil intensificou a fiscalização das instituições financeiras por ele reguladas e supervisionadas em razão dos efeitos da pandemia, passando a exigir monitoramentos e reportes mais frequentes das instituições sobre sua situação de liquidez, com destaque para captação e resgate de recursos, bem como para a concessão e risco de crédito de suas operações. O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), instituição financeira controlada indiretamente pela Companhia, enviou todos os relatórios e reportes necessários ao Banco Central do Brasil, não tendo, até o presente momento, sofrido questionamentos materiais por essa autarquia.				O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal.	
Em respeito às orientações de isolamento social por conta da pandemia do COVID-19, a Companhia e suas controladas ofereceram a possibilidade de <i>home-office</i> a todos os seus administradores e colaboradores desde março de 2020. Atualmente, aproximadamente 25% de todos os administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas continuam em <i>home-office</i> . Não houve redução da jornada de trabalho de qualquer colaborador. A Companhia formalizou um aditamento aos contratos de trabalho dos funcionários de todas as suas controladas no sentido de formalizar o <i>home-office</i> . A Companhia, por meio do Banco, está acompanhando as orientações da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, bem como outros fóruns de discussão para estruturar o retorno de seus administradores e colaboradores às suas atividades normais na sede da Companhia em linha com as melhores práticas de mercado. A Companhia entende que o retorno dos seus colaboradores deve ser feito de maneira gradual, após a evolução da campanha de vacinação contra o COVID-19, para preservar seus colaboradores e evitar eventual disseminação do vírus nas instalações da Companhia e suas controladas.				O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções do fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.	
<b>2. Resumo das principais práticas contábeis</b>	As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.			No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o teste anual de <i>impairment</i> da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.	
<b>Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)</b>	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).			• Reconhecimento da receita	
<b>2.1. Demonstrações financeiras individuais</b>	Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.			- <b>Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros</b>	
<b>2.2. Demonstrações financeiras consolidadas</b>	Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.			Essas receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.	
	Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reservas e lucros/prejuízos acumulados das controladas.			- <b>Receitas de prestação de serviços</b>	
	As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.			A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente, levando em consideração o julgamento para determinar o reconhecimento da receita ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo (Nota 2.13(b)).	
	Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.			• <b>Passivos contingentes</b>	
<b>2.3. Conversão de moeda estrangeira</b>				As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisão a integralidade do processo.	
<b>a. Moeda funcional e moeda de apresentação</b>				<b>2.6. Principais políticas contábeis</b>	
	As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.			<b>2.6.1. Receita de contrato com cliente</b>	
<b>b. Transações em moeda estrangeira</b>	As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros". Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes".			Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receitas.	
<b>2.4. Caixa e equivalentes de caixa</b>	Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.			A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.	
<b>2.5. Uso de estimativas e julgamentos</b>				<b>2.6.2. Instrumentos financeiros</b>	
	Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.			<b>a. Reconhecimento e mensuração</b>	
<b>• Valor justo dos instrumentos financeiros</b>				Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização do <i>hedge</i> , mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.	
	Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.			<b>b. Classificação e mensuração de ativos financeiros</b>	
	Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a uma mensuração do valor justo.			O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPP"). Para fins de gerenciamento de riscos e regulatórios as carteiras são segregadas também como: i) Carteira <i>Trading</i> , composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, definidas com intenção de negociação ou destinadas a <i>hedge</i> de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociação; e ii) Carteira <i>Banking</i> , composta por operações não classificadas na Carteira <i>Trading</i> , provenientes dos demais negócios do Grupo e seus respectivos <i>hedges</i> .	
	Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 2.16.			<b>i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado</b>	
	<b>• Perda por redução ao valor recuperável</b>			Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:	
	A determinação do nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos.			• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e	
	Para as estimativas de mensuração da perda ao valor recuperável para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado requer avaliações quantitativas complexas e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de cliente.			• Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.	
	Os julgamentos necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda ao valor recuperável, são:			O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.	
	- Estabelecimento de critérios para determinar o aumento significativo de risco de crédito, realizando avaliação de <i>rating</i> inicial e monitoramento periódico do <i>rating</i> atualizado;			<b>ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado</b>	
	- Avaliação do perfil de risco de cada cliente levando em consideração, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias; e			Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.	
	- Análise de cenários prospectivos, aplicando <i>Inputs</i> do modelo de acordo com as projeções de PIB, taxas de mercado e principais indicadores econômicos ("Focus").			Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.	
				No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.	
				<b>iii. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida</b>	
				Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.	
				Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo. Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes ("VJORA") quando elas:	
				• Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e	
				• São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.	
				Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.	
				<b>iv. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas</b>	
				Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação (derivativo ou pela designação no reconhecimento inicial). O valor justo e o resultado líquido desses passivos financeiros, incluindo juros, são reconhecidos no resultado.	
				Outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.	
				<b>c. Instrumentos financeiros para proteção ("hedge accounting")</b>	
				O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições relacionadas a variação de taxa de juros. O Grupo permanece com a aplicação dos requerimentos de <i>hedge accounting</i> previstos no IAS 39, conforme permitido pelo IFRS 9.	
				No momento inicial da designação do <i>hedge</i> , o Grupo documenta o relacionamento existente entre os instrumentos de <i>hedge</i> e os itens objeto de <i>hedge</i> , incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de <i>hedge</i> . O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de <i>hedge</i> , como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de <i>hedge</i> durante o período designado, bem como a observância se os resultados reais estão dentro da faixa de 80 – 125 por cento.	



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com a natureza, a saber:

- **Hedge de valor justo:** Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração do Resultado como "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros";
- **Hedge de fluxo de caixa:** Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes", líquidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme evidenciado na Nota 6(e).

### d. Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa com base nas análises do teste de SPPJ:

- **Modelo de negócios:** O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/procedimentos/metodologias/dispositivos definidos em nossos manuais internos.

• Ativos financeiros ao custo amortizado: a classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam somente pagamentos do principal e juros ("SPPJ"), e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendam os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

• Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"): essa categoria inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros.

Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Ativos financeiros ao valor justo no resultado ("VJR"): essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes".

### e. Identificação e avaliação de Impairment

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco da crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxá historica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia. Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

### 2.7. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamento – utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

Como resultado da aplicação do CPC 06(R2), apresentamos os valores na Nota 21(c).

### 2.8. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – Income Taxes) ("CPC 32/IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A adoção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

### 2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos 10 anos  
Instalações 10 anos  
Móveis e utensílios 10 anos  
Equipamentos de informática e telefonia 5 anos  
Direito de uso de imóvel (1) 5 anos

(1) Refere-se a contratos de arrendamento (Nota 2.7 e Nota 21(c)).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### 2.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela licença adquirida para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda., controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de software adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é conforme contrato de aquisição e podem variar ou até mesmo serem indeterminadas, quando determinada é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de software adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares 1 a 5 anos  
Outros Indeterminado

### 2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

### 2.12. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

### 2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

O Grupo reconhece a receita conforme descrição a seguir:

#### a. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

As receitas com os instrumentos financeiros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Essas receitas compreendem substancialmente as seguintes operações:

- Operações de crédito;
- Operações em moeda estrangeira;
- Aplicações interfinciais de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários; e
- Operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### b. Receitas de prestação de serviços

##### c. Reconhecimento de receitas com prestação de serviço

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento abaixo.

##### d. Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – Sales & Trading	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulados em contratos as datas de pagamentos.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessorá seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelos serviços prestados.

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Assessoria e consultoria financeira – Investment Banking	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

### 2.14. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Para a Controladora e demais empresas, exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e BR Partners Gestão de Recursos Ltda. ("Gestão de Recursos"), o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro real do exercício.

Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Não houve impactos significativos da majoração no contexto consolidado das demonstrações financeiras.

Para a Gestão de Recursos, utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

### 2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

### 2.16. Estimativa do valor justo

A Companhia contabiliza ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

#### a. Classificação contábil e valores justos

##### i. Controladora

Ativo	Ativos financeiros a custo					
	VJR	VJORA	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	–	5	5	–	–	–
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Ativo						
Ativos financeiros a custo amortizado						
VJR	1.092	1.092	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	28.786	28.786	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>29.878</b>	<b>29.878</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Ativo						
Ativos financeiros a cust						



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativos financeiros a custo					Total 2020	
	VJR	amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativo financeiro</b>							
Títulos públicos							
- Letras financeiras do tesouro (LFTs)	53.788	-	53.788	53.788	-	-	53.788
- Letras do tesouro nacional (LTNs)	97.674	-	97.674	97.674	-	-	97.674
Títulos privados							
- Certificados de recebíveis imobiliários	211.095	-	211.095	-	211.095	-	211.095
- Cédula de crédito imobiliário	44.865	-	44.865	-	44.865	-	44.865
Cotas de fundo de investimento							
- Cotas de fundo de investimento em participações <sup>(1)</sup>	70.121	-	70.121	-	-	70.121	70.121
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	62.806	-	62.806	62.806	-	-	62.806
Derivativos							
- Swap	18.883	-	18.883	-	18.883	-	18.883
- NDF (non-deliverable forward)	18.580	-	18.580	-	18.580	-	18.580
- Futuros	627	-	627	627	-	-	627
Operações de crédito	-	28.802	28.802	-	-	-	-
Outros ativos financeiros ao custo amortizado							
- Câmbio	-	28.095	28.095	-	-	-	-
- Serviços a receber	-	22.342	22.342	-	-	-	-
- Reembolsos de clientes	-	4.236	4.236	-	-	-	-
- Outros	-	2.129	2.129	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	47.104	47.104	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>578.439</b>	<b>132.708</b>	<b>711.147</b>	<b>214.895</b>	<b>293.423</b>	<b>70.121</b>	<b>578.439</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
- Recursos de clientes	-	251.779	251.779	-	-	-	-
- Recursos de emissão de títulos	-	7.021	7.021	-	-	-	-
- Outros passivos financeiros	-	29.616	29.616	-	-	-	-
Derivativos							
- Swap	9.121	-	9.121	-	9.121	-	9.121
- NDF (non-deliverable forward)	5.181	-	5.181	-	5.181	-	5.181
- Futuros	1.155	-	1.155	1.155	-	-	1.155
<b>Total</b>	<b>15.457</b>	<b>288.416</b>	<b>303.873</b>	<b>1.155</b>	<b>14.302</b>	<b>-</b>	<b>15.457</b>

<sup>(1)</sup> Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi emitido Laudo de Avaliação, por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação do valor justo dos investimentos. A Companhia detém 29% de participações no Fundo que tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos que exercem atividades relacionadas ao setor de centros comerciais (*shopping center*) da categoria *outlet*. Em relação ao BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a Companhia entende que o montante registrado, referente a aquisição ocorrida em 07 de dezembro de 2021, reflete o valor justo das cotas para 31 de dezembro de 2021.

## b. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o <i>MTM</i> ( <i>Mark to Market</i> ) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MTM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimentos, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos (SWAP, NDF)	Modelos de SWAP: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de SWAP, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao especificar SWAPs de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>Credit Default Swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. SWAP fluxo de caixa: o valor justo ( <i>MTM</i> ) corresponderá ao somatório dos <i>MTMs</i> de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto <i>NDF</i> ( <i>Non Deliverable Forward</i> ), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma <i>NDF</i> é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreciamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (frente do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Não aplicável	Não aplicável

## c. Instrumentos financeiros base para mensuração ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração ao valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados – Cotas de fundo de investimento em participações	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimentos, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

## d. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma conciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2021 e 2020.

VJR – Cotas de fundos de investimentos em participações (Outlet)	VJR – Cotas de fundos de investimento em participações (Pet)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.292	
Variação líquida no valor justo	10.829	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70.121	
Variação líquida no valor justo	5.212	
Aquisição de cotas	-	5.212
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.333	

## e. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

## f. Demais instrumentos financeiros

A Companhia avalia que as contas a receber de clientes, partes relacionadas a receber e a pagar, fornecedores, e outros ativos e passivos são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

## 2.17. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização é praticamente certa. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável.
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisão a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados à obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 21 (b).

## 3. Gestão de riscos financeiros

## 3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito e liquide



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em BRL):

## Apresentação dos valores de VaR (no ano)

	2021	2020
VaR Fechamento	1.214.659	66.517
-Média VaR	381.264	47.105
-Máximo VaR	2.083.855	205.850
-Mínimo VaR	60.456	8.655

## a. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características, na carteira de não negociação (Banking), ou na carteira de negociação (Trading). Para a carteira Trading (Carteira de Negociação), utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o VaR conforme apresentado anteriormente (126 observações, dado a aplicação do EWMA) e relacionado a um intervalo de confiança (99%).

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Banco. A carteira Banking utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os gaps de cada fator de risco.

A análise de sensibilidade para a carteira banking tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subje-

tividade descrita acima na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade da carteira banking não é executada de forma sistemática, esses instrumentos são tratados individualmente.

Para analisar a sensibilidade foram definidos cenários que serão aplicados nas operações contidas na carteira Trading e banking, considerando as variações que afetariam negativamente nossas posições, as operações e os dados de mercado das respectivas datas. Destaca-se ainda, que dadas as projeções observadas no mercado ("Focus"), o cenário mais provável considerado pela Companhia será o cenário 1.

Os choques utilizados em cada um dos cenários estão descritos abaixo:

- Cenário 1: Choque de 1% nas volatilidades das séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 5,5045, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 8,91%;
- Cenário 2: Choque de 25% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 25 pontos base para taxa de juros e 25% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 6,8125, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,15%; e
- Cenário 3: Choque de 50% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 50 pontos base para taxa de juros e 50% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 8,175, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,40%.

## i. Carteira trading:

## Exposição

## Fatores de risco

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

	2021			2020		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
1	35	71	214	5.527	10.316	
2	52	105	1	17	34	
5	132	265	221	5.680	10.623	
5	132	265	214	5.340	10.681	

## ii. Carteira banking:

## Exposição

## Fator de Risco

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

	2021			2020		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
(55)	(691)	(1.382)	(35)	(863)	(1.726)	
(143)	(1.785)	(3.570)	–	–	–	
(198)	(2.476)	(4.952)	(1)	(34)	(68)	
			(36)	(897)	(1.794)	

## b. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

## Exposição em Moedas Estrangeiras

## Derivativos

## SWAP

## NDF

## Futuros

## Total

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Também não haveria nenhuma variação significativa em reais no lucro líquido do exercício, caso o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao Euro, em decorrência da exposição líquida não significativa.

## 3.1.2. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito pode ser segregado, principalmente, em risco de: liquidação, reposição, concentração, falta de garantia, exposição potencial futura para derivativos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;

- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);

- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e

- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e também de fianças bancárias. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e à Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um rating para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

## Consolidado

## 2021 2020

Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

**76 (359)**

## Total

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente.

Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R\$ 2.441 para os próximos 12 meses. No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

## a. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

## i. Exposição ao risco de crédito

## Controladora

## Notas 2021 2020

Caixa e equivalentes de caixa – conta corrente e depósitos bancários de curto prazo <sup>(1)</sup>

**1 2**

## AAA

## A+

## Total

1 4 1.090

**5 1.092**

## Ativos financeiros ao valor justo no resultado

Notas 5 2021 2020

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Notas 4 2021 2020

Ativos financeiros ao custo amortizado

Notas 4 2021 2020

Caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup>

Notas 7 2021 2020

Contas a receber e outros ativos financeiros

Notas 7 2021 2020

Passivos financeiros

Notas 1228.129 1.228.129

Derivativos

Notas 2.082.772 1.416.017

Passivos financeiros

Notas 3.682 3.682

Recursos de clientes

Notas 252.869 62.531

Recursos de emissão de títulos

Notas 7.021 2.693

Recursos de instituições financeiras

Notas 29.616 29.616

Passivo de arrendamento

Notas 1.463 147

Derivativos

Notas 9.121 92

SWAP

Notas 5.181 3.423

NDF

Notas 1.155 663

Futuros

Notas 310.108 102.756

Total

## Consolidado – Fluxos de caixa contratuais

Total contábil 3 meses ou menos 3-12 meses 1-3 anos Mais que 3 anos Total 2021

53.244 53.244 – – – 53.244

694.330 99.464 609.460 255.406 4.032 69.498

1.228.129 1.228.129 – – – 1.228.129



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.2. Gestão de capital

O planejamento de capital dentro do Grupo é de fundamental importância para a execução do planejamento estratégico, onde se busca a melhor distribuição para as linhas de negócio com a posterior otimização do capital utilizado. O processo é baseado conforme a natureza das operações, complexidade dos produtos e à disposição do Grupo aos riscos incorridos e requerimento de capital. A gestão de capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido de 9,25%. O Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners, conforme determinado no artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, é composto pelas seguintes empresas: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital"). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurado com base no Conglomerado Prudencial é:

	2021	2020
<b>Patrimônio de referência</b>	<b>632.783</b>	<b>247.748</b>
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	<b>632.783</b>	<b>247.748</b>
Capital principal	632.783	247.748
<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>1.834.927</b>	<b>626.331</b>
Risco de Crédito	874.706	311.285
Risco de Mercado	850.558	223.042
Risco Operacional	109.663	92.004
<b>Índice de Basileia</b>	<b>34,49%</b>	<b>39,56%</b>
Nível I (IN1)	34,49%	39,56%
Capital principal (ICP)	34,49%	39,56%

## 3.3 Pandemia – COVID-19

Após a declaração de pandemia do COVID-19 por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades elaboraram e executaram medidas para contenção de circulação, aglomerações de pessoas e normas para o funcionamento dos serviços essenciais e não essenciais na tentativa de conter a disseminação do vírus. Esse grave cenário trouxe inúmeras situações adversas para a vida das pessoas e para os negócios. As instituições reguladas pelo Banco Central possuem plano de contingência definido pela regulação, no entanto, este não atendia a totalidade das medidas necessárias para adequar as normas das autoridades. Sendo assim, as instituições foram obrigadas a elaborar novos processos para este tipo de evento, seguem abaixo as medidas tomadas pela BR Partners:

- Criação do Grupo de Trabalho para definição dos processos de contingência para COVID-19 contando com a participação da diretoria, do Chief Risk Officer ("CRO"), das áreas de Riscos e Compliance;
- Disponibilização do álcool em gel, máscaras e intensificação das medidas de higiene para todas as estações de trabalho e pontos de grande circulação (Copa, Salas de Reunião, etc.);
- Disponibilização de Home Office para toda a Instituição;
- Antecipação da campanha de vacinação para gripe; e
- Criação de uma nova classificação de Risco Operacional (R.O. COVID-19) para tratamento específico dos eventos ocorridos durante o período de pandemia.

O processo definido pela BR Partners está sendo aprimorado diariamente, adaptando-o às novas regras do regulador que são atualizadas frequentemente e às normas das autoridades.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	2021	2020
Bancos – conta corrente e caixa (1)		1	2
Certificado de depósitos bancários (2)		4	1.090
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>1.092</b>

Bancos – conta corrente e caixa (1)

Reservas livres

Disponibilidades em moedas estrangeiras (1)

Aplicações em compromissadas (3)

**Total**

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., Bradesco Cayman, J.P. Morgan N.Y e J.P. Morgan Frankfurt.

(2) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificados de Depósitos Bancários mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração de 100% do CDI com liquidez imediata (Nota 8).

(3) Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2022 e 4 de janeiro de 2021, respectivamente.

## 5. Instrumentos financeiros

## a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Consolidado	2021	2020
<b>Títulos públicos (3)</b>	<b>1.803.817</b>	<b>151.462</b>	
Letras financeiras do tesouro	131.611	53.788	
Letras do tesouro nacional	49.982	97.674	
Notas do tesouro nacional	1.622.224	–	
<b>Títulos privados</b>	<b>325.438</b>	<b>255.960</b>	
Certificados de recebíveis imobiliários (4)	260.126	211.095	
Cédula de crédito imobiliário (5)	–	44.865	
Certificados de recebíveis do agronegócio (6)	15.823	–	
Debêntures (9)	49.489	–	
<b>Cotas de fundo de investimento</b>	<b>239.489</b>	<b>132.927</b>	
Cotas de fundos de investimento imobiliário (8)	125.332	62.806	
BR Partners <i>Outlet Premium</i> Fundo de Investimento em Participações (1)	75.333	70.121	
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (7)	26.834	–	
Cotas de fundos de investimento em participações (2)	11.990	–	
<b>Total</b>	<b>2.368.744</b>	<b>540.349</b>	

## b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Consolidado	2021	2020
<b>Títulos privados</b>			
Certificados de recebíveis imobiliários (4)	147.589	–	
Certificado de recebíveis do agronegócio (6)	83.170	–	
<b>Cotas de fundo de investimento</b>			
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (7)	26.835	–	
<b>Total</b>	<b>257.594</b>	<b>–</b>	

(1) A carteira do BR Partners *Outlet Premium* Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners *Outlet* Brasília S.A. e BR Partners *Outlet Premium* Fortaleza S.A. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico.

(2) Em 24 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu cotas da BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e foram classificadas a valor justo por meio do resultado ("VJR"), e reconhecidas inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são registrados diretamente no resultado do exercício.

(3) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela Anbima.

(4) Os certificados de recebíveis imobiliários, classificados como valor justo por meio do resultado ("VJR"), estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxa de juros prefixadas

e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(5) A cédula de crédito imobiliário está registrada na B3 – Brasil Bolsa Balcão, cuja valorização é efetuada por IPC-A + taxa de juros prefixada.

(6) Os certificados de recebíveis do agronegócio estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxas de juros prefixadas e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(7) As cotas de fundo de investimento em direitos creditórios foram classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia, sendo determinada quantidade classificada ao valor justo por meio do resultado ("VJR") e, as cotas remanescentes, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"). São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente.

(8) Os fundos de investimento imobiliários são listados e registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificados ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

(9) As debêntures de infraestrutura foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021, estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificadas ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), sendo remuneradas a 100% do IPCA.

## 6. Instrumentos financeiros derivativos

## a. Composição por indexador

2021

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
<b>SWAP</b>	<b>87.253</b>	<b>(11.357)</b>	<b>3.135.838</b>
IPC-A x CDI	14.982	–	150.000
CDI x Dólar	29.759	(1.056)	507.428
CDI x IPC-A	40.110	(10.301)	2.278.410
Dólar x CDI	2.402	–	200.000
<b>NDF</b>	<b>41.024</b>	<b>(21.566)</b>	<b>1.870.045</b>
Dólar x Pré	10.176	(10.745)	912.877
Pré x Dólar	13.149	(10.449)	872.069
Termo Commodities	17.699	(372)	85.099
<b>Futuros</b>	<b>21.575</b>	<b>(37.555)</b>	<b>439.672</b>
<b>Posição comprada</b>	<b>853</b>	<b>(17.851)</b>	<b>2.189.800</b>
DAP	304	(433)	656.787
DDI	–	(5.691)	276.751
DI1	532	(8)	488.761
WDO	–	(11.719)	610.228
DOL	17	–	157.273
<b>Posição vendida</b>	<b>20.722</b>	<b>(19.704)</b>	<b>(1.750.128)</b>
DAP	–	(54)	(22.329)
DDI	5.646	–	(271.803)
DI1	7	(5)	(626.379)
WDO	1	–	(1.292)
DOL	15.068	–	(744.998)
<b>Commodities</b>	<b>–</b>	<b>(19.645)</b>	<b>(83.327)</b>
<b>Total</b>	<b>149.852</b>	<b>(70.478)</b>	<b>5.445.555</b>

2020

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
<b>SWAP</b>	<b>18.883</b>	<b>(9.121)</b>	<b>453.487</b>
IPC-A x CDI	18.644	–	150.000
CDI x Dólar	–	(9.121)	208.487
CDI x IPC-A	239	–	95.000
<b>NDF</b>	<b>18.580</b>	<b>(5.181)</b>	<b>566.291</b>
Dólar x Pré	10.512	(1.842)	164.342
Pré x Euro venda	–	(23)	1.555
Termo Commodities	2.336	(670)	44.181
<b>Futuros</b>	<b>627</b>	<b>(1.155)</b>	<b>18.369</b>
<b>Posição comprada</b>	<b>299</b>	<b>(955)</b>	<b>647.019</b>
DAP	81	–	82.072



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b. Consolidado

	Coligadas e Pessoal chave da controladas <sup>(2)</sup>		Administração <sup>(3)</sup>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo/(Passivo)</b>				
Valores a receber	—	4	23.207	4
Cotas de fundos em participações <sup>(8)</sup>	87.323	70.121	—	—
Certificado de depósito bancário <sup>(9)</sup>	(9.821)	—	(505)	(899)
Letras de crédito imobiliário <sup>(10)</sup>	—	—	(5.774)	(7.021)
Dividendos a pagar sociedades ligadas <sup>(6)</sup>	(15.034)	(12.340)	—	—
Obrigações por aquisição de bens e direitos <sup>(7)</sup>	(28.070)	(1.623)	—	—
<b>Total</b>	<b>34.398</b>	<b>56.162</b>	<b>16.928</b>	<b>(7.916)</b>
<b>Resultado</b>				
Receita de aplicação em fundo de investimento <sup>(8)</sup>	2.701	8.330	—	—
Despesas de juros <sup>(9)</sup>	(439)	—	—	—
<b>Total</b>	<b>2.262</b>	<b>8.330</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

(1) Empresas integrantes do Grupo BR Partners.

(2) Empresas integrantes do Grupo BR Partners, BR Partners *Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações*, BR Partners *Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*.

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

(4) Referem-se, substancialmente, a valores a receber provenientes de contrato de empréstimo de ações formalizado com os atuais acionistas da Companhia, no montante de R\$ 23.207 em 2021 (R\$ 0 em 2020) e dividendos a receber de controladas no montante de R\$ 21.278 em 2021 (R\$ 28.786 em 2020).

(5) Refere-se a aplicações financeiras realizada pela Companhia na controlada indireta BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em 12 de julho de 2024, remunerado a 100% do DI.

(6) Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório a pagar aos acionistas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(7) Refere-se a obrigações a pagar referente a compra de quotas e manutenção de ações em tesouraria.

(8) BR Partners *Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações* e BR Partners *Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*.

(9) Representado por captações feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 93% a 100% do DI + 1% a.a. (93% a 100% do DI em 2020).

(10) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até maio de 2028 à taxa variável de 100% a 105% do DI + 1% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## c. Remuneração do pessoal-chave

Consolidado	
2021	2020
Pró-labore	3.478
Encargos sociais	696
Diretor empregado	348
Encargos sociais	97
<b>Total</b>	<b>4.619</b>

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária da BRAP que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em "Despesas Administrativas". Os diretores da BRAP controlam 100% das ações com direito a voto da Companhia. Adicionalmente, existem outros profissionais que também são acionistas da Companhia.

## 9. Investimentos em controladas

## a. Controlada direta

## • BR Advisory Partners Participações S.A.

ABR Advisory Partners Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. Seu controlador direto era a BR Partners Holdco Participações

## i. Balanço patrimonial sintético

	Controladas										
	Direta					Indiretas					
	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Banco de Investimento S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
<b>Circulante</b>											
Ativo	174.703	84.381	2.529.743	554.943	147.530	70.375	188	194	7.040	6.190	973
Passivo	(43.064)	(46.353)	(1.860.721)	(228.538)	(146.860)	(69.705)	(1)	—	(5.040)	(4.190)	(219)
<b>Total</b>	<b>131.639</b>	<b>38.028</b>	<b>669.022</b>	<b>326.405</b>	<b>670</b>	<b>670</b>	<b>187</b>	<b>194</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>	<b>754</b>
<b>Não circulante</b>											
Ativo	650.380	265.931	387.041	117.250	—	—	—	—	—	638.143	253.317
Passivo	(14.814)	(10.214)	(422.421)	(194.638)	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>635.566</b>	<b>255.717</b>	<b>(35.380)</b>	<b>(77.588)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>638.143</b>	<b>253.317</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>767.205</b>	<b>293.745</b>	<b>633.642</b>	<b>248.817</b>	<b>670</b>	<b>670</b>	<b>187</b>	<b>194</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>	<b>638.897</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>767.205</b>	<b>293.745</b>	<b>633.642</b>	<b>248.817</b>	<b>670</b>	<b>670</b>	<b>187</b>	<b>194</b>	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>	<b>638.897</b>

## ii. Demonstração do resultado sintético

	Controladas										
	Direta					Indiretas					
	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Banco de Investimento S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
<b>Receitas</b>											
Lucro antes (prejuízo) do imposto de renda e da contribuição social	136.522	91.567	58.543	11.559	161.322	106.509	(7)	(5)	6.159	12.936	33.047
Despesas de imposto de renda e da contribuição social	2.138	(2.832)	(26.238)	(4.830)	(55.312)	(35.325)	—	(1)	(778)	(1.641)	(217)
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>138.660</b>	<b>88.735</b>	<b>32.305</b>	<b>6.729</b>	<b>106.010</b>	<b>71.184</b>	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>	<b>5.381</b>	<b>11.295</b>	<b>32.830</b>
<b>10. Imobilizado</b>											

	Vida útil (anos)										
	Valor custo					Valor contábil em 31/12/2020					
	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Banco de Investimento S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.	BR Advisory Partners Participações S.A.	BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais Ltda.	BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	BR Partners Participações Financeiras Ltda.	BR Partners Europe B.V.
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
<b>Instalações</b>											
Benefícios em imóveis de terceiros	10	4.565	126	—	(126)	—					



## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de títulos e valores mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme abaixo:

	2021	2020
--	------	------

Controladas Indiretas		
-----------------------	--	--

BR Partners Banco de Investimento S.A.		
--	--	--

Comissões e intermediação e estruturação de títulos	21.621	15.744
---	--------	--------

BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
---	--	--

Assessoria e consultoria financeira no país	198.484	136.072
---	---------	---------

Assessoria e consultoria financeira no exterior	—	1.314
---	---	-------

BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
--------------------------------------	--	--

Gestão de recursos de terceiros	2.903	2.466
---------------------------------	-------	-------

Intermediação de negócios	3.585	10.723
---------------------------	-------	--------

BR Partners Europe B.V.		
-------------------------	--	--

Assessoria e consultoria financeira	—	22.960
-------------------------------------	---	--------

Receitas de prestação de serviços – líquidas de impostos	<b>226.593</b>	<b>189.279</b>
--	----------------	----------------

	2021	2020
--	------	------

Receitas de prestação de serviços – bruta de impostos	<b>262.400</b>	<b>214.806</b>
---	----------------	----------------

Total de impostos – PIS/COFINS	(22.779)	(16.013)
--------------------------------	----------	----------

Total de impostos – ISS	(13.028)	(9.514)
-------------------------	----------	---------

Receitas de prestação de serviços – líquida de impostos	<b>226.593</b>	<b>189.279</b>
---	----------------	----------------

	2021	2020
--	------	------

## 16. Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Receitas de juros		
-------------------	--	--

Ativos financeiros		
--------------------	--	--

- Ao valor justo por meio do resultado	69	10
--	----	----

Total de receitas de juros	<b>69</b>	<b>10</b>
----------------------------	-----------	-----------

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	<b>69</b>	<b>10</b>
--	-----------	-----------

	2021	2020
--	------	------

Despesas de juros		
-------------------	--	--

Rendas de operações de crédito	4.076	1.602
--------------------------------	-------	-------

Descontos concedidos	(387)	—
----------------------	-------	---

Rendas de garantias prestadas	1.634	621
-------------------------------	-------	-----

Ativos financeiros		
--------------------	--	--

- Ao valor justo por meio do resultado	291.851	111.850
--	---------	---------

Total de receitas de juros	<b>297.174</b>	<b>114.073</b>
----------------------------	----------------	----------------

	Despesas de juros	
--	-------------------	--

Despesas de captação no mercado aberto	(60.319)	(4.434)
--	----------	---------

Ajuste positivo de valor de mercado – captação (Objeto de Hedge)		
--	--	--

Ativos financeiros	1.254	—
--------------------	-------	---

- Ao valor justo por meio do resultado	(28.459)	(7.741)
--	----------	---------

Total de despesas de juros	<b>(87.524)</b>	<b>(12.175)</b>
----------------------------	-----------------	-----------------

	2021	2020
--	------	------

Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	67.873	54.784
--	--------	--------

Rendas de câmbio	(44.964)	(57.657)
------------------	----------	----------

Total	<b>22.909</b>	<b>(2.873)</b>
-------	---------------	----------------

	Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	
--	--	--

Rendas em operações com derivativos	1.696.630	1.054.545
-------------------------------------	-----------	-----------

TVM – ajuste positivo ao valor de mercado	503	306
---	-----	-----

Despesas em operações com derivativos	(1.668.942)	(1.037.757)
---------------------------------------	-------------	-------------

TVM – ajuste negativo ao valor de mercado	(143.910)	(9.362)
---	-----------	---------

	Total	
--	-------	--

Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	<b>116.840</b>	<b>46.757</b>
--	----------------	---------------

	2021	2020
--	------	------

## 17. Despesas operacionais

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Despesas de serviços de serviço técnico especializado		
---	--	--

Referem-se a despesas com consultorias e assessorias, auditoria e demais serviços da mesma natureza, que apoiam a realização de prestação de serviço de assessoria e consultoria financeira.		
--	--	--

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Despesas de serviços técnicos especializados	<b>32</b>	<b>32</b>
--	-----------	-----------

	2021	2020
--	------	------

Total	<b>32</b>	<b>32</b>
-------	-----------	-----------

	Despesas de pessoal	
--	---------------------	--

Referem-se a despesas com: funcionários, benefícios, proventos e impostos.		
--	--	--

	Consolidado	
--	-------------	--

Despesas com pessoal	<b>2021</b>	<b>2020</b>
----------------------	-------------	-------------

	Total	
--	-------	--

c. Despesas administrativas	<b>84.283</b>	<b>48.410</b>
-----------------------------	---------------	---------------

	2021	2020
--	------	------

Despesas de publicações	279	133
-------------------------	-----	-----

Despesas tributárias	14	119
----------------------	----	-----

Reversão de despesas administrativas	—	(11)
--------------------------------------	---	------

	2021	2020
--	------	------

Total	<b>293</b>	<b>241</b>
-------	------------	------------

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Despesas comerciais no exterior (2)	671	10.858
-------------------------------------	-----	--------

Despesas de processamento de dados	5.344	3.917
------------------------------------	-------	-------

Despesas de serviços do sistema financeiro	2.153	3.466
--	-------	-------

Despesas de promoções e relações públicas	2.609	3.190
---	-------	-------

Despesas com amortização e depreciação	3.069	2.802
--	-------	-------

Despesas tributárias	1.822	2.234
----------------------	-------	-------

Despesas de comunicações	2.146	1.930
--------------------------	-------	-------

Despesas de aluguel	1.763	1.656
---------------------	-------	-------

Despesas de publicação de balanço	804	930
-----------------------------------	-----	-----

Despesas de serviços de terceiros	1.832	686
-----------------------------------	-------	-----

Despesas de viagem	1.079	323
--------------------	-------	-----

Despesas de condomínio	638	228
------------------------	-----	-----

Despesas de manutenção e conservação de bens	382	283
--	-----	-----

Despesas de água, energia e gás	350	271
---------------------------------	-----	-----

Despesas de serviços de segurança e vigilância	178	170
--	-----	-----

Despesas de transportes	111	101
-------------------------	-----	-----

Despesas de material	209	97
----------------------	-----	----

Outras despesas	3.226	512
-----------------	-------	-----

	Total	
--	-------	--

Reversão de despesas administrativas (1)	<b>28.386</b>	<b>33.654</b>
--	---------------	---------------

	2021	2020
--	------	------

Total	<b>(3.881)</b>	<b>—</b>
-------	----------------	----------

	24.505	33.654
--	--------	--------

	2021	2020
--	------	------



# BR PARTNERS

## BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação dos Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção da distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

**KPMG**

KPMG Auditores  
Independentes Ltda.  
CRC 2SP 014.428/O-6

**André Dala Pola**  
Contador  
CRC 1SP 214.007/O-2

[www.brapp.com.br](http://www.brapp.com.br)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e  
foi publicada na página de Relação com o  
Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no  
QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadoir.estadao.com.br/publicacoes>